



## Alfabetização e Letramento: Um Estudo sobre as Possibilidades da Abordagem Inicial da Leitura e Escrita com Crianças de 4 ou 5 Anos de Idade

### *Literacy and Literacy: A Study on the Possibilities of the Initial Approach to Reading and Writing with Children Aged 4 or 5 Years Old*

**Francisco Wellington Araújo Neves**

*Licenciatura em pedagogia pela Faculdade de Educação São Francisco- FAESF.*

**Erliene dos Santos Sousa**

*Especialista em Educação especial e inclusiva pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA*

**Gilberto Sousa Silva**

*Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí- UFPI. <https://orcid.org/0000-0002-4808-7761>*

**Cristhiane Sampaio Aragão Fontenele**

*Mestrado em Educação: Gestão do Ensino da Educação Básica - UFMA*

**Valcir Alves Fontenele**

*Especialista em Ensino de Braille e Libras - FAVENI*

**Ana Gardielly da Conceição Silva**

*Mestranda no Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão*

**Aryanne de Oliveira Santos**

*Pós graduanda, em neuropsicopedagogia pela Faculdade de educação memorial Adelaide Franco e Leitura, literatura e contação de história pela faculdade Unina*

**Izadiel Ruben Costa Leal**

*Pós-graduação em Educação Integral pela Faculdade Integrada -AVM. Pós -Graduação em Educação Física Escolar pela Faculdade Integrada de Jacarepaguá -FJ*

**Doniel Sousa da Silva**

*Acadêmico do curso de Educação Física da Faculdade de Educação São Francisco-AFESF*

**Leidiane Gomes da Silva Batista**

*Pós graduação em Educação Especial com Ênfase em AEE- FAESF.*

**Resumo:** O presente trabalho tem como tema central Alfabetização e Letramento: um estudo sobre as possibilidades da abordagem inicial da leitura e escrita com crianças de 4 ou 5 anos de idade, que investiga como a criança com idade entre 4 e 5 anos que atua na pré-escola, desenvolve habilidades de leitura e escrita, seja no ambiente escolar ou no familiar. Assim, por meio do método de pesquisa bibliográfica, foram realizadas diversas leituras sobre o tema, que para elucidar essas questões buscou-se o referencial teórico de Emília Ferreiro, Ana Teberosky, Magda Soares e Regina Scarpa, dentre outros estudiosos da alfabetização e letramento e da pré-escola. Neste sentido, entende-se que a criança enquanto alfabetizada tem o pleno domínio das competências de leitura e escrita, e enquanto letrada além de ler e escrever a criança deve entender e interpretar os textos. Logo, há diferentes situações e contextos onde a criança está inserida, que proporcionam experiências alfabetizadoras, seja na escola ou em casa com a família. Nesta pesquisa, conclui-se que a pré-escola bem

como o ambiente familiar podem ser espaços alfabetizadores, sem que sejam retiradas das crianças atividades lúdicas, onde a mesma aprenderá a ler, escrever e até interpretar de maneira natural e divertida, estando melhor familiarizada se as atividades escolares se derem brincando.

**Palavras-chave:** alfabetização; letramento; pré-escola.

**Abstract:** The present work has the theme of central literacy and literacy: a study on the possibilities of the initial approach of reading and writing with children of 4 or 5 years of age, investigates as a child between the ages of 4 and 5 who works in preschool, reading and writing skills, whether in the school or family environment. Thus, through the bibliographic research method, several readings were made on the theme, in which to elucidate these questions, the theoretical framework of Emília Ferreiro, Ana Teberosky, Magda Soares and Regina Scarpa, other literacy and literacy scholars and of the preschool. In this sense, it is understood that the child, while literate, has full mastery of reading and writing skills, and while literate, in addition to reading and writing, the child must understand and interpret the texts. Therefore, there are different situations and contexts in which the child is inserted, which provide literacy experiences, whether at school or at home with the family. In this research, it is concluded that the preschool as well as the family environment can be literacy spaces, without the playful activities being removed from the children, where they will learn to read, write and even interpret in a natural and fun way, because the dates you will be better acquainted if school activities take place playing.

**Keywords:** literacy; literacy; preschool.

## INTRODUÇÃO

Para alguns educadores tem sido objeto de discussão alfabetizar as crianças antes dos 6 anos de idade, pois ainda é ampla a visão de que as crianças dessa faixa etária não devem ter contato com conteúdo específico de alfabetização e letramento antes de darem início no ensino fundamental, por serem muito pequenas, e que a alfabetização e letramento abriria um espaço restrito e exclusivo para a prática da leitura e escrita nos períodos finais da educação infantil, deixando de lado o lúdico, parte essa que é essencial para o desenvolvimento da criança.

Ainda existe também o pensamento limitador que subestima a capacidade das crianças de aprender, afirmando que elas não são capazes de praticarem atividades de alfabetização e letramento antes do ensino fundamental, por volta dos 4 ou 5 anos de idade.

No entanto, ainda não há garantias de que a criança não consiga realizar práticas de leitura e escrita antes de ingressarem no primeiro e segundo ano do fundamental, pois desde cedo elas já têm contato com esse mundo de símbolos, formas e sons no seu dia a dia, como por exemplo: em cartazes, revistas e desenhos.

A escola acaba não sendo o único espaço a oferecer recursos de ensino. Pois, crianças desde cedo tem curiosidade de querer entender os símbolos e seus significados, assim como seu uso correto e aplicação.

Diante dessas ideias surgiu alguns questionamentos, como: É possível abrir um espaço para alfabetização e letramento na pré-escola sem deixar de lado o

lúdico? Existe ou não a necessidade de alfabetizar as crianças antes do Ensino Fundamental? É possível realizar práticas de alfabetização e letramento para crianças entre 4 ou 5 anos de idade, com atividades que sejam adequadas para essa faixa etária? Qual a influência e o papel da família no processo de alfabetização e letramento?

É por meio dessas dúvidas, que convém primeiro entender como é abordada a educação em crianças tão pequenas, pois a integração das mesmas nas escolas é realizada desde cedo e obrigatório sua participação a partir dos 4 anos de idade, na qual essa etapa da educação é vista como parte fundamental na infância, e tendo o professor como um profissional que está diretamente ligado a essa fase da criança, fazendo-se necessário que ele busque as melhores estratégias e meios disponíveis que favoreçam o desenvolvimento de habilidades, que permita que a criança analise e entenda o mundo que a cerca, não esquecendo da participação da família no processo de educar, pois os pais tem grande papel no ensino e incentivo do aprendizado de seus filhos.

Foi necessário investigar como são executadas as atuais práticas de ensino na alfabetização, e buscou-se refletir sobre as possibilidades dele trabalhar a leitura e escrita com crianças de 4 ou 5 anos de idade, na qual nessa faixa etária estas estão integradas na pré-escola, sendo comum que práticas de alfabetização e letramento sejam pouco exploradas nessa fase inicial da educação, onde é mais executado atividades lúdicas, pois entende-se a ludicidade como parte necessária para o processo de aprendizagem, já que com brincadeiras a criança é capaz de realizar atividades essenciais para o seu desenvolvimento.

Portanto, nessa pesquisa analisou-se as diferentes concepções sobre alfabetização e letramento, questionou-se, se é possível ou não a aplicação destas práticas com as crianças de 4 ou 5 anos de idade, avaliou-se a possibilidade do professor oferecer um espaço no qual se trabalhe a leitura e escrita de maneira divertida e prazerosa, onde a criança se sinta estimulada a aprender, abordou-se também sobre qual o papel e influência da família nesse processo.

Para melhor resolução destas questões, essa pesquisa procurou investigar sobre ser possível ou não desenvolver a leitura e escrita com crianças de 4 e 5 anos de idade, sendo este o maior objetivo deste trabalho, através do estudo de referenciais bibliográficos.

Buscou-se então, discutir sobre alfabetização e letramento como ferramenta pedagógica, analisando se é possível ou não a prática de leitura e escrita com crianças antes do ensino fundamental, refletindo sobre a importância da alfabetização e letramento no desenvolvimento crítico, social e psicológico das crianças.

Sendo assim, para melhor coleta de dados, esta pesquisa é de caráter bibliográfico com característica exploratório e teórica, viabilizada por uma revisão de artigos e das obras de alguns autores como: Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1989), Magda Soares (2009) e Regina Scarpa (2006) entre outros, onde as informações e registros coletados serviram para um melhor aprofundamento e base para este estudo.

## CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Alfabetização e letramento é um assunto bastante discutido na educação, pois seus reais sentidos e significados são muito abrangentes, tendo sido objeto de estudo por diversos autores ao longo dos anos, sendo assim, será abordado um conjunto com várias concepções e opiniões diferentes sobre o assunto. No entanto, será aqui enfatizado os estudos de Regina Scarpa, Magda Soares e Emília Ferreiro por serem autoras que contribuíram grandemente com suas pesquisas sobre o tema, não menosprezando os demais autores aqui citados, pois para maior aprofundamento, faz-se necessário investigar as diferentes linhas de pensamentos e obras desses autores.

Segundo Soares (2010, p.15): “Alfabetizar significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita (escrever) e de decodificar a língua escrita em língua oral (ler)”. Ou seja, uma pessoa alfabetizada seria aquela que consegue representar por meio da escrita o que se fala e a fala por meio da escrita.

A autora ainda coloca em debate os dois significados que os verbos ler e escrever representam na nossa língua. Para ela:

1) Pedro já sabe ler. Pedro já sabe escrever. 2) Pedro já leu Monteiro Lobato. Pedro escreveu uma redação sobre Monteiro Lobato. Nos exemplos (1), ler e escrever significam o domínio da ‘mecânica’ da língua escrita[...]. Nos exemplos (2), ler e escrever significam apreensão e compreensão de significados expressos em língua escrita (ler) ou expressão de significados por meio da língua escrita (escrever); nesta perspectiva, a alfabetização seria um processo de compreensão/expressão de significados (Soares, 2010, p. 17).

Ao observar o exemplo 2, percebe-se que a autora foi além do significado de alfabetização mencionado anteriormente, sendo este não somente a decodificação de símbolos, mas a assimilação e interpretação das informações recebidas para seu uso correto nas relações sociais. Nesse ponto, compreendemos que a criança no processo de alfabetização precisa não somente fazer uso “mecânico” da língua escrita e sim compreender e desenvolver habilidades para que consiga utilizar a leitura e escrita em diversas situações sociais.

Além do domínio da leitura e escrita, o indivíduo necessita compreendê-los, fazendo sua interpretação pessoal, pois como já citado acima, essas etapas fazem parte de um processo de compreensão e expressão.

Segundo Kramer (1986, p. 17) *apud* Teotonio (2017, p. 02), a alfabetização “vai além do saber ler e escrever inclui o objetivo de favorecer o desenvolvimento da compreensão e expressão da linguagem”. Nesse sentido, entende-se que não basta saber somente ler e escrever, faz-se necessário que o indivíduo compreenda o que é leitura e escrita. Pois quando alfabetizado, ao ler ou escrever um texto, deverá entender para qual finalidade o está fazendo, para quê e o porquê daquela ação, sabendo no final interpretá-las, e não somente a cópia ou transcrição de

palavras que não compreende. Em um artigo para a Revista Pátio, Soares (2009, p. 01), diz que:

Na impossibilidade de determinar que a palavra alfabetização passe a significar não só a aprendizagem do sistema alfabético, mas também a aprendizagem dos usos sociais e culturais desse sistema, é que a “invenção” da palavra letramento tornou-se necessária.

Segundo a autora, a palavra letramento surgiu devido a necessidade de dar um significado maior à alfabetização, onde o indivíduo deve não somente compreender o sistema alfabético e suas convenções, mas sim fazer uso social da leitura e da escrita.

Porém, existem educadores que acreditam que a alfabetização é a simples decodificação do sistema alfabético, sendo assim, apesar do sentido amplo da palavra alfabetização, ainda é necessário a utilização do termo letramento, pois ambos possuem significados distintos no processo de alfabetização. Para Scarpa (2006, p. 01):

Como se aprende a ler e escrever? Pode ser uma aprendizagem de natureza perceptual e motora ou de natureza conceitual. O ensino, no primeiro caso, pode estar baseado no reconhecimento e na cópia de letras, sílabas e palavras. No segundo, no planejamento intencional de práticas sociais mediadas pela escrita, para que as crianças delas participem e recebam informações contextualizadas.

O método de como a alfabetização será trabalhado depende da compreensão do profissional que a executa, cabendo assim buscar não somente significados, mas sim, métodos eficazes de ensino, com um ideal de preparar a criança para a vida adulta.

É compreendido que, alfabetização e letramento possuem significados distintos, com pequenas diferenças, mas permitindo que sejam claras as percepções de suas diferenças, estas permanecem juntas em um mesmo processo alfabetizador, na qual uma complementa a outra. Dessa maneira, entende-se que o indivíduo alfabetizado é aquele que não apenas codifica e decodifica as palavras, mas o que compreende e faz o uso social da leitura e escrita.

## **ABRINDO ESPAÇO PARA AS CRIANÇAS APRENDEREM**

Primeiro, deve-se buscar compreender quais as atribuições e o papel da escola e da família na educação infantil, juntamente com quais exigências, parâmetros e ações são adequadas para se trabalhar nessa fase educacional.

Sendo reconhecida como direitos de todos e dever do estado, a educação infantil se divide em creche compreendendo a faixa etária de zero a 3 anos e da pré-escola, compreendendo a faixa etária de 4 e 5 anos, tornando-se obrigatória para

essas crianças, garantida pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa nova obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, tornando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de ensino (Brasil, 2018, p. 36).

Essa medida tornou a educação infantil no mesmo nível de importância do ensino fundamental, consolidando-a como parte integrante da educação básica, fazendo com que essa etapa esteja efetivamente ativa no desenvolvimento da criança, tornando-a ainda mais reconhecida.

Com isso os olhares para a educação básica mudaram, antes ainda era vista por alguns pais e professores como opcional e até sendo deixada de lado, mas com essas alterações, a educação infantil passou a ser reconhecida como a primeira etapa da educação básica e como início e fundamento do processo educacional.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 5º, define a educação infantil como:

Primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Brasil, 2009, p.12).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dá grande destaque à participação da família no processo educacional das crianças, exercendo determinado papel no compartilhamento de responsabilidades, havendo maior diálogo entre família e escola, potencializando as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, estando diretamente ligadas à proposta de cuidar e educar.

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (Brasil, 2018, p. 36).

As crianças passam a ser reconhecidas como sujeito histórico e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia em casa com a família, constroem sua identidade pessoal e coletiva, na qual elas brincam, imaginam, fantasiam, desejam, aprendem, observam, experimentam, narram, questionam e constroem sentidos sobre a natureza e a sociedade que a cerca, produzindo assim cultura (Brasil, 2009).

Pode-se deduzir que, o acesso a escrita e leitura não se limita a escola, pois a criança antes mesmo de frequentá-la aprende com o meio em que convive, a partir das observações do mundo que a cerca, interações com os adultos e até com outras crianças.

A partir dessas análises, surge dúvidas com respeito às capacidades e limitações das crianças. Alguns pais acabam por depositar a tarefa do ensino exclusivamente à escola, não dando atenção para quando ou como seus filhos devem ou não aprender a ler e a escrever. Mas também existem aqueles pais que se preocupam grandemente com a forma que seus filhos aprendem, e começam a agir de maneira excessiva e prematura com a relação à evolução de aprendizagem deles. Alguns fazem as seguintes observações e perguntas: com que idade meu filho deve começar a falar? Porque outras crianças já falam e escrevem e meu filho com a mesma idade não? Qual a idade correta para meu filho aprender escrever ou ler?

Diante dessas dúvidas tanto os pais como os professores se perguntam sobre de que maneira poderiam trabalhar a alfabetização e letramento com crianças tão pequenas, ou se é possível aproveitar dos conhecimentos já adquiridos por elas acerca de leitura e escrita, que viram em casa ou em diversos ambientes do seu dia a dia, e reaproveitá-los no uso sociocultural.

Na pré-escola as crianças fazem diversas atividades lúdicas, trabalham com brincadeiras de faz de conta, com músicas, jogos e fazem rabiscos. Logo, se entende essas atividades como a fase inicial da aprendizagem da língua escrita. Dando atenção aos rabiscos ou garatujas produzidos pelas crianças, compreende-se que muitas vezes elas expressam alguns significados, que para Vygotsky (1984 *apud* Soares 2009, p.1), “quando atribui a rabiscos e desenhos ou a objetos a função de signos, a criança está descobrindo sistemas de representação, precursores e facilitadores da compreensão do sistema de representação que é a língua escrita”. Estas ações que as vezes passam despercebidas por não serem atribuídas o devido valor alfabetizador, fazem parte de um processo natural de evolução da escrita da criança, que busca entender os símbolos e a linguagem ao seu redor.

Essas situações em que o professor percebe a curiosidade das crianças e a busca de aprender tudo aquilo que lhes deixam curiosas, estão diretamente ligadas ao que é proposto como direcionamento visto nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e competências gerais da educação básica, propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde podemos ver o eixo “explorar”, na qual esse está incluído nos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil, onde a criança será inserida em situações que permitirá ela ter contatos com:

[...] movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (Brasil, 2018, p. 38).

Percebe-se que na educação infantil as crianças devem ser inseridas em situações que possam desempenhar papéis ativos em momentos que sejam incentivadas a vivenciar desafios e estimuladas a resolvê-los.

Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999) no livro *Psicogênese da língua escrita*, falam sobre a visão atual sobre como a criança começa a aprender o uso da língua, visto que ela já não espera de um incentivo externo para buscar compreender como se relacionar no meio em que vive, pois em casa, mesmo sem ter iniciado os estudos na escola, ela produz sua própria linguagem e representação escrita.

No lugar de uma criança que espera passivamente o reforço externo de uma resposta produzida pouco menos que o acaso, aparece uma criança que procura ativamente compreender a natureza da linguagem que se fala à sua volta, e que, tratando de compreendê-la, formula hipóteses, busca regularidades, coloca à prova suas antecipações e cria sua própria gramática (que não é simples cópia deformada do modelo adulto, mas sim criação original). No lugar de uma criança que recebe pouco a pouco uma linguagem inteiramente fabricada por outros, aparece uma criança que reconstrói por si mesma a linguagem, tomando seletivamente a informação que lhe provê o meio (Ferreiro, Teberosky, 1999, p. 24).

Em seu livro *“A escrita infantil: O caminho da construção”*, Maria da Glória Seber (2006), fala sobre a importância das trocas linguísticas, fazendo um paralelo sobre a forma de como a criança começa a aprender a falar e a desenvolver a sua escrita. Na qual, para a autora, a língua oral e escrita constitui dois sistemas inventados pelo homem para representar ideias, que visam a comunicação social, onde compartilhar significados se torna essencial para o desenvolvimento de ambos os sistemas.

É por meio da interação dos adultos com as crianças que se obtêm respostas e tentativas de compreensão da língua falada e escrita, como quando os pais começam a interagir com seus filhos antes mesmos deles desenvolverem a fala em diversas situações, como ao cantar músicas, contar histórias e falar sobre vários assuntos sem se preocupar se a criança está compreendendo ou não, se têm a ideia de que a exposição à linguagem é imprescindível para a sua aprendizagem, onde o adulto muitas vezes assume o papel de interlocutor disposto a interpretar qualquer tentativa de comunicação vinda da criança.

Não importa qual a forma ou maneira de interpretar as tentativas iniciais da criança de se expressar, desde de que não se exija que elas sigam as regras sociais da língua, pois a simples ação de em todo momento o adulto tentar interagir com a criança, já facilita a progressão do aprendizado da língua, onde se constrói a ideia de que não se pode esperar que ela fale como um adulto ou como é exigida as convenções da língua, mas é com o estímulo e incentivo que ela irá evoluir a sua aprendizagem.

Qualquer que seja a maneira de o adulto entender as primeiras palavras da criança, existe uma certeza: a criança quis dizer algo. Tanto isso é verdade que, de uma maneira ou outra, o adulto interpreta o que ouve e age conforme sua interpretação, sem se apoiar em regras fonológicas, sintáticas, semânticas... O importante é que o ato de compartilhar significados seja preservado e valorizado: todos se entusiasмам frente às tentativas iniciais de fala, comentam a respeito, conversam mais ainda com a criança (Seber, 2006, p. 14).

Deve-se então valorizar a livre expressão inicial da criança, não importando ser na fala ou escrita, ela deve se sentir estimulada a interagir, o que gradativamente auxiliará na evolução dessas habilidades, pois se essas ações forem ignoradas ou até frequentemente corrigidas, por não se encaixarem nas regras da língua, aumentam as chances da criança se sentir desestimulada a falar ou escrever, podendo suas produções sonoras e escritas diminuir em vez de se desenvolverem ainda mais, desacelerando o aprendizado da língua.

Busca-se então, entender como a criança vai construindo seus conceitos a respeito da leitura e escrita, partindo de algumas situações do seu cotidiano, na qual se torna difícil imaginar um meio social onde não haja placas de trânsito, cartazes, jornais, rótulos de produtos e televisão. Dependendo das condições que cada uma vive, elas também participam de experiências nas quais observam os adultos escrevendo recados, cartas, listas de compras ou, então, lendo livros, jornais, revistas, folhetos. Seber (2006, p. 12). Ao entrar na escola, elas aumentam as chances de participar de diversas situações envolvendo escrita e leitura, como ao verem o professor fazendo anotações no diário de classe, na lousa ou ainda abrindo um livro para contar uma história.

A criança pequena tenta então “escrever” da forma que consegue, fazendo rabiscos e garatujas, sendo esta, espontânea ou para imitar a escrita cursiva dos adultos, já estão avançando ao processo de alfabetização, que segundo Soares (2009, p. 01) é “um reconhecimento da natureza arbitrária da escrita. É o primeiro nível, entre os níveis por que passam as crianças em seu processo de conceitualização do sistema alfabético”. A autora cita Ferreiro e Teberosky (1989), e suas investigações sobre os níveis que as crianças passam no processo alfabetizador, estudando o comportamento de crianças de 4, 5 e 6 anos de idade.

Como comprovam inúmeras pesquisas e observações em instituições de educação infantil, as crianças de 4 e 5 anos, com raras exceções, evoluem rapidamente em direção ao nível alfabético se são orientadas e incentivadas por meio de atividades adequadas e sempre de natureza lúdica, característica necessária na educação de crianças pequenas: escrita espontânea, observação da escrita do adulto, familiarização com as letras do alfabeto, contato visual frequente com a escrita de palavras conhecidas, sempre em um ambiente no qual estejam rodeadas de escrita com diferentes funções: calendário, lista de chamada, rotina do dia, rótulos de caixas de material didático, etc. (Soares, 2009, p. 01).

A pré-escola se torna porta de entrada dos pequenos ao mundo da leitura e escrita de maneira mais objetiva, pois esta, estaria estruturada e preparada com recursos adequados para proporcionar um ambiente de ensino e aprendizagem bem organizados com métodos adequados para os mesmos, sendo trabalhado da maneira correta, pois muitas crianças principalmente da escola pública dependem desses espaços para ter acesso a esse acervo cultural, que segundo Scarpa (2006, p. 01), “ao democratizar o acesso à cultura escrita, ela contribui para minimizar diferenças socioculturais.”

Para que os alunos aprendam a ler e a escrever, é preciso que participem de atos de leitura e escrita desde o início da escolarização. Se a Educação Infantil cumprir seu papel, envolvendo os pequenos em atividades que os façam pensar e compreender a escrita, no final dessa etapa eles estarão naturalmente alfabetizados (ou aptos a dar passos mais ousados em seus papéis de leitores e escritores) (Scarpa, 2006, p. 01).

Entende-se a pré-escola como sendo parte essencial na preparação da criança aos níveis maiores de escolarização, tendo papel na alfabetização e letramento, sendo visto como uma primeira abordagem de familiarização, com atividades lúdicas que já ocorrem normalmente na pré-escola, como em: repetição de parlendas, brincadeiras com frases e versos, trava-línguas e cantigas de roda. Esses são passos em direção à alfabetização, se forem orientadas com este propósito, desenvolveram a consciência fonológica, que para Soares (2009, p. 01), é um:

Aspecto fundamental para a compreensão do princípio alfabético: se o sistema alfabético representa os sons da língua, é necessário que a criança torne-se capaz de voltar sua atenção não apenas para o significado do que fala ou ouve, mas também para a cadeia sonora com que se expressa oralmente ou que recebe oralmente de quem com ela fala; que perceba, na frase falada ou ouvida, os sons que delimitam as palavras, em cada palavra, os sons das sílabas que constituem cada palavra, em cada sílaba, os sons e que são feitas.

Essa consciência fonológica, pode ser considerada como método que antevê os métodos de alfabetização, a criança ao pronunciar palavras e manipular os sons da língua, entende que existem termos grandes e pequenos e que há frases que podem ser segmentadas em palavras e palavras em sílabas, mesmo que não as compreendam ou o total funcionamento da língua ou escrita, elas desenvolvem habilidades e posteriormente avançam com mais facilidade a alfabetização e letramento.

## **ALFABETIZAÇÃO COM CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS DE IDADE**

Como visto anteriormente, existe ampla discussão sobre o significado de alfabetização, pois ensinar a ler e a escrever não é tarefa fácil, requer um estudo

aprofundado dos meios que fazem parte do processo alfabetizador, e de igualmente modo há discussão sobre qual a idade correta para se começar a alfabetizar.

No Brasil atualmente a alfabetização se dá início no primeiro ano do ensino fundamental, na qual a criança possui entre 6 ou 7 anos de idade, assume-se que essa seja a idade correta da criança iniciar o processo de leitura e escrita, e antes disso, a criança frequenta a pré-escola, denominada jardim de infância, onde o principal objetivo dessa etapa seria cuidar das crianças, preparando-as para as fases educacionais posteriores. Segundo Soares (2009, p. 01):

Jardim-de-infância”, uma metáfora que revela o objetivo que essa etapa perseguia: cuidar das crianças para que crescessem e amadurecessem, como em um jardim se cuida das plantas para que cresçam e cheguem à floração... E nesse “jardim” não deveria haver “letras”, porque se considerava prematuro dar às crianças acesso à língua escrita antes dos 7 anos.

Em razão disso, alguns educadores receiam que as crianças antes dos 7 ou 6 anos de idade, tenham a antecipação de práticas pedagógicas tradicionais do ensino fundamental, como: exercícios de prontidão, cópia ou memorização, temendo também a perda do lúdico que fazem parte da pré-escola.

Como se a escrita entrasse por uma porta e as atividades com outras linguagens (música, brincadeira, desenho etc.) saíssem por outra. Por outro lado, há quem valorize a presença da cultura escrita na Educação Infantil por entender que para o processo de alfabetização é importante a criança ter familiaridade com o mundo dos textos (Scarpa, 2006, p. 01).

Há uma dissociação entre a alfabetização e o lúdico, como se as duas não pudessem ser assimiladas juntas, como se ao iniciar uma, a outra fosse automaticamente excluída ou evitada. Esse pensamento pode delimitar diversas ações no ensino e aprendizagem, restringindo ou subestimando a capacidade do aluno de aprender. Tendo também, a ideia de que a criança tem uma idade e série de escolaridade determinada para que esta tenha acesso à língua escrita e ao lúdico, sendo o lúdico mais praticado na pré-escola e a alfabetização no ensino fundamental. Podemos perceber uma certa restrição na liberdade de expressão dos alunos, esse pensamento é gerado pelos adultos, que determinam quando a ludicidade e o processo alfabetizador deve ser iniciado ou permitido. Segundo Soares (2009, p. 01), isso é um:

(...) pressuposto falso, porque, nos contextos grafocêntricos em que vivemos, as crianças convivem com a escrita - umas, mais, outras, menos, dependendo da camada social a que pertençam, mas todas convivem - muito antes de chegar ao ensino fundamental e antes mesmo de chegar a instituições de educação infantil.

As crianças fazem parte de em um mundo alfabetizador, algumas vivem com adultos alfabetizados possuindo livros em casa, a aprendem com celulares,

TVs, revistas, cartazes e até com teclas de computador. Essas convivem em um ambiente letrado e alfabetizador, facilitando assim a assimilação e leitura de gestos e símbolos. No entanto, ainda existem crianças com pouco acesso a escrita, como por exemplo em zonas rurais, onde a leitura e escrita não são tão presentes e aquelas que mesmo morando na zona urbana não tem contato com pessoas alfabetizadas, não tendo o uso social da leitura e escrita (Scarpa, 2006).

Ainda que nem todas as crianças tenham as mesmas relações com a leitura e escrita, todas aprendem um conceito próprio individual de se comunicarem, elas chegam a escola já entendendo alguns princípios de comunicação, e até desenvolvem a leitura e escrita própria, ainda que não da maneira funcional, mas estas fazem rabiscos que representam suas expressões.

Nessa convivência, elas vão construindo sua alfabetização e seu letramento: seu conceito de língua escrita, das funções do ler e do escrever; seu conhecimento de letras e números; sua diferenciação entre gêneros e portadores de textos - as diferenças entre informações que veem os adultos buscarem em rótulos, as histórias que lhes são lidas em um livro, em uma revista, os bilhetes que as pessoas escrevem ou leem, etc. Além de conceitos e conhecimentos, as crianças também vão construindo, em seu contexto social e familiar, o interesse pela leitura e pela escrita, bem como o desejo de acesso ao mundo da escrita (Soares, 2009, p.01).

Porém, segundo Maria (2003, p. 06), essa compreensão que a criança tem da leitura e escrita antes de iniciar seu processo escolar de alfabetização, não possibilita que essa utilize esses conhecimentos quando exposta às formas culturais de escrita, ou seja, quando a criança inicia na escola a aprendizagem do sistema de escrita, ela não consegue assimilar o seu conhecimento prévio que outrora foi adquirido de forma individual, e usar a forma que é exigida nas escolas e no uso socialmente.

Essa ideia vai de oposto ao que Luria (1988, p. 180 *apud* Maria 2003, p. 06), acredita, “é exatamente a substituição de uma técnica por outra que leva a um aprimoramento das habilidades de ler e escrever”. Pois, as competências que a criança já desenvolveu naturalmente em casa com a família e com o meio ambiente que a cerca, não será descartada, mas sim reaproveitada na pré-escola, de modo que haverá um aprimoramento da alfabetização que já foi iniciada. A criança acaba por construir de início, um caminho de autonomia intelectual, na qual ela começa a agir com liberdade, fazendo uso da leitura e escrita segundo seu conceito próprio.

## Níveis de Alfabetização

Para melhor compreender sobre quais são as habilidades e técnicas que as crianças necessitam para serem alfabetizadas, faz-se necessário primeiro entender como são os processos que estas passam para se apropriarem da cultura da leitura e escrita.

Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1989) contribuíram grandemente para a compreensão dos níveis conceituais da escrita, na qual revelam o processo evolutivo das crianças para a compreensão do princípio alfabético. Onde partiram do pressuposto da teoria piagetiana – de que todo conhecimento possui uma origem – e, pelo método clínico de Piaget, observaram 108 crianças e seu funcionamento do sistema de escrita. Elas queriam entender como as crianças se apropriam da cultura escrita, criando a obra intitulada de *Psicogênese da Língua Escrita*, (Picolli; Camini, 2013).

Nessa obra as autoras questionam e dão importância no que as crianças sabem antes de darem entrada na escola, pressupõem-se um processo de apropriação da língua escrita por meio da qual as crianças se esforçam para compreender o que os sinais gráficos da escrita representam e como eles são organizados. Por meio dessas questões as crianças formulam hipóteses, que constituem-se em níveis, nomeados por Emília Ferreiro, como hipóteses: pré-silábica, silábica, silábica-alfabética e alfabética.

Na primeira fase (pré-silábica), as crianças começam a distinguir o modo em que a escrita é representada, algumas dessas distinções permite que elas comecem a observar as características da escrita, como: espaços em branco que separam palavras em um texto escrito, extensão do texto, diferenciação das letras de outros sinais gráficos no texto, formato das letras, entre outros (Ferreiro, Teberosky, 1989).

As autoras exemplificam esse nível com dois tipos de representação que a criança faz ao identificar as formas da escrita.

Se esta forma básica é a escrita de imprensa, teremos grafismos separados entre si, compostos de linhas curvas e retas ou de combinações entre ambas. Se a forma básica é a cursiva, teremos grafismos ligados entre si em uma linha ondulada como uma forma base, na qual se inserem curvas fechadas ou semifechadas (Ferreiro, Teberosky, 1989, p. 183).

Vale ressaltar que as crianças dessa fase interpretam a escrita com certa intencionalidade, chegando até a diferenciar suas produções, onde se distinguem, se a intenção é desenhar, as crianças constroem figuras; se a intenção é escrever, elas fazem traços contínuos. Nos dois exemplos, os traços se apresentam como linhas onduladas, serrilhadas ou, ainda, uma combinação das duas possibilidades (Seber, 2006, p. 19).

Nas fases seguintes, a distinção da primeira é pela fonetização da escrita, pois as crianças estabelecem progressivamente relações entre a fala e a escrita. Iniciando a fase silábica, pois:

Este nível está caracterizado pela tentativa de dar um valor sonoro a cada uma das letras que compõem uma escrita. Nesta tentativa, a criança passa por um período da maior importância evolutiva: cada letra vale por uma sílaba. É o surgimento do que chamaremos a hipótese silábica. Com esta hipótese, a criança dá um salto qualitativo com respeito aos níveis precedentes” (Ferreiro, Teberosky, 1989, p. 193).

Sendo assim, a criança busca fazer coincidir a escrita ao número de sílabas percebidas na pronúncia das palavras, pois quando atribuem uma letra pra cada sílaba da palavra, elas passam a usar letras com valores sonoros parecidos. “A hipótese silábica pode aparecer com grafias ainda distantes das formas das letras, tanto como com grafias bem diferenciadas. Neste último caso, as letras podem ou não ser utilizadas com um valor sonoro estável” (Ferreiro, Teberosky, 1989, p. 193).

Essa mudança é uma grande evolução rumo a alfabetização que a criança passa, é o resultado de um dos esquemas mais complexos que se constrói durante o desenvolvimento da leitura e escrita. Esse esquema permite a criança relacionar pela primeira vez a escrita à parte sonora da palavra.

A criança que apresenta a escrita silábica, com o tempo ela vai verificando a insuficiência de sua hipótese de associar uma letra para cada sílaba oral, amplia assim seu campo de fonetização. Onde em vez de fonetizar cada palavra, preocupando-se com as sílabas orais como unidades linguísticas, ela inicia a fonetização de cada sílaba, que posteriormente acaba por perceber que normalmente as sílabas constituem-se de mais de uma letra. Nesse momento ela visualiza o princípio alfabético da escrita e avança para o nível silábico-alfabético.

Como já visto, a transição da fase silábica para a fase silábica-alfabética, consiste na evolução da percepção da criança de que não é possível registrar o segmento silábico com apenas uma letra, elas buscam fazer regularidades na combinação de letras para conseguirem representar a estrutura das unidades silábicas das palavras.

[...] a criança abandona a hipótese silábica e descobre a necessidade de fazer uma análise que vá “mais além” da sílaba pelo conflito entre hipótese silábica e a exigência de quantidade mínima de grafias (ambas exigências puramente internas, no sentido de serem hipóteses originais da criança (Ferreiro, Teberosky, 1989, p. 196).

Existe um conflito entre as formas gráficas que o meio lhe propõe e a leitura dessas formas, onde há uma exigência interna e uma realidade exterior ao próprio sujeito.

Esse seria um confronto entre as grafias corretas de palavras e o tipo de escrita silábica produzida pela criança, onde a ela passa a refletir, na passagem para o nível silábico-alfabético, pela percepção da necessidade de colocar mais letras do que as que põem no nível silábico. De início, pode parecer que haja certa regressão para a escrita pré-silábica, colocando mais letras na sua escrita. A criança escreve então, nas palavras, algumas sílabas só com uma letra e outras sílabas com duas letras, podendo ainda persistir o problema da decodificação, de como ler o que escreveu.

Já na fase alfabética, a última do processo de compreensão do princípio alfabético, a criança já compreende a relação fonema-grafema e dá atenção na análise dos fonemas na pronúncia das palavras, compreendendo que cada um dos caracteres da escrita correspondem a valores sonoros menores que a sílaba, e realiza uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever.

Isso não quer dizer que todas as dificuldades tenham sido superadas: a partir desse momento, a criança irá se confrontar com as dificuldades próprias da ortografia, mas não terá problemas na escrita no sentido estrito (Ferreiro, Teberosky, 1989, p. 213). Cabendo aqui enfatizar a importância dessa distinção, para que não se confundam as dificuldades ortográficas com as dificuldades de compreensão do sistema de escrita.

As crianças ainda escrevem com muitos erros ortográficos, mas já seguindo o princípio de que a escrita representa a parte sonora das palavras, colocando letras para cada um dos “sonzinhos” que aparecem em cada sílaba, pois acreditam que a escrita é a transcrição exata da fala.

## Atividades Significativas de Alfabetização no Ambiente Escolar

Considerando a língua como um objeto de conhecimento, na qual o professor exerce o papel de alfabetizador, que tem a função de oferecer aos alunos um ambiente que proporcione a exploração de vários tipos de fonte e diversos portadores de texto. Questiona-se quais seriam os métodos e estratégias adequadas de alfabetização para se trabalhar com as crianças que ainda estão iniciando o processo de apropriação da língua falada.

Deve-se haver uma análise do papel do professor e da escola, com respeito a alfabetização onde segundo Magda Soares em uma entrevista para revista nova escola 2019, diz que estes vem fracassando com esta função, criticando os atuais métodos de ensino adotados pelas instituições, pois enquanto consideramos que ensinar a ler é uma questão de “métodos” e de “atividades de interpretação de textos”, continuaremos fracassando em alfabetizar e letrar adequadamente nossas crianças. Pois quando se parte do olhar das crianças, estas não se limitam a determinadas regras impostas pelos adultos, não se prevê exatamente quando e onde se aprende, podendo ser de maneira intencional ou não, o aprendizado ocorre em diversas situações sociais.

Em relação à alfabetização, entendida como apropriação do sistema alfabético, prevalece a falsa suposição de que basta adotar um método, entre os vários que são oferecidos. Na verdade, ensinar a ler é processo muito complexo. Exige de quem ensina conhecimentos linguísticos e psicológicos.

Alfabetização não é uma questão de método. O grande equívoco na área de Alfabetização é que, historicamente, sempre se considerou que alfabetização era uma questão de método. Isso é um equívoco porque nenhuma outra disciplina – Geografia, História, Ciências e Matemática – trata de um só método (Soares, 2019, p. 03).

São vários os campos de conhecimento que o professor deve conhecer bem, para que saiba como agir, transformando esse conhecimento em algo que o aluno possa se apropriar. Em uma sala de aula, o professor deverá usar de vários recursos, seja visuais ou sonoros para que proporcione as crianças diversas experiências, favorecendo assim a construção do conhecimento, não se apegando a somente um tipo de atividade.

Mesmo que singelas, as atividades que envolvam leitura e escrita presentes de modo significativo na pré-escola como em repetição de parlendas, brincadeira com frases e versos, por exemplo, consideradas de cunho lúdico, são importantes para que a criança evolua gradativamente de maneira divertida e natural para alfabetização.

Onde curiosamente as atividades bastante comuns na educação infantil como os rabiscos, desenhos, jogos e brincadeiras de faz-de-conta não são consideradas atividades de alfabetização, quando na verdade representam a fase inicial da aprendizagem da língua escrita, que como visto anteriormente, segundo Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1989), já nos níveis de alfabetização pré-silábico e silábico, as crianças vivenciam essas experiências de apropriação da língua, antes mesmos de frequentarem a escola.

## A PRÉ-ESCOLA E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA

Como já citado, a criança na pré-escola já está inserida em um ambiente alfabetizador, dependendo somente da intencionalidade com que se é aproveitado os recursos oferecidos em sala de aula, pois algumas ações vivenciadas na educação infantil se abordadas com o interesse em alfabetizar terão um desempenho eficaz na preparação das crianças para os anos posteriores, que no caso se caracteriza como o ensino fundamental.

Nesse novo ambiente de sala de aula, as brincadeiras, cantigas de rodas são gradativamente substituídas. Pois, no lugar delas, as crianças se deparam com uma nova realidade de conteúdos longos, rotina mais rígida, e até provas com pontuação, sem mencionar que pode ocorrer a mudança de escola e professores. No entanto, a BNCC oferece algumas sugestões para que essas mudanças não prejudiquem ou dificultem a inserção nessa nova etapa educacional, enfatizando a importância na continuidade e valorização do conhecimento já vivenciado pelas crianças.

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa (Brasil, 2018, p. 53).

Essa transição pode ocorrer de forma natural e gradativa, onde a criança dará alguns passos a novas experiências e conhecimentos, podendo se familiarizar com algumas atividades já vivenciadas anteriormente na educação infantil, ainda que outrora fosse cobrado de maneira menos intensa e rígida, ela não sofrerá com um choque de realidade, dessa forma, as atividades que envolvem a alfabetização e letramento se executadas da maneira correta na pré-escola, facilitará no desenvolvimento e familiarização com o que será visto posteriormente nos anos iniciais no ensino fundamental.

Porém, mesmo que com os esforços dos professores da pré-escola em preparar as crianças para o ingresso no ensino fundamental, e apesar das orientações da nova BNCC para que ocorra uma transição dos níveis educacionais sem traumas ou problemas, ainda não ocorre uma proposta específica que acolha as crianças de 6 anos no primeiro ano do ensino fundamental, onde ela poderá ainda apresentar dificuldades de adaptação. Pois elas além de chegarem mais cedo no novo ensino fundamental, encontram um ambiente muitas vezes diferente do habitual e desconhecido, acabam encontrando diversos desafios pela frente. Na qual Corrêa (2011, p.115), aponta que:

[...] a necessária integração entre a educação infantil e o ensino fundamental, especialmente no momento de transição entre o último ano da pré-escola e o primeiro do fundamental, não vem ocorrendo com a mudança implantada, mas, ao contrário, da forma como vem se dando, pode levar a uma maior dificuldade na compreensão da natureza e especificidade do trabalho de cada grupo etário, acirrando as dificuldades de diálogo entre os profissionais desses dois segmentos da educação básica.

Essa dificuldade de adaptação pode ocorrer principalmente pelo primeiro contato e inserção dos pequenos a cultura grafocêntrica, que está voltada para a apropriação da língua escrita que estão presentes em diversos eventos e atividades de letramento, onde o brincar que outrora era o centro principal de aprendizado, agora é deixado em segundo plano no contexto de sala de aula. As mesmas se deparam com um rompimento entre as experiências desenvolvidas na pré-escola e as práticas do ensino fundamental. Podendo ser visto como um desencontro entre o interesse das crianças pelo brincar e a cultura escolar deste segmento da educação básica.

Faz-se necessário um diálogo entre os profissionais dessas fases educacionais, bem como a elaboração de práticas pedagógicas que facilitem a integração entre o brincar e o letrar, deve-se então haver uma parceria entre a educação infantil e o ensino fundamental, onde pode haver positivos resultados com relação a apropriação e aceitação das mudanças que irão ocorrer nessas fases.

Processos esses que são abordados pelo Ministério da Educação, com a intenção de orientar a implantação correta da nova BNCC, bem como as mudanças que ocorreram na educação infantil e no novo ensino fundamental. “Os processos educativos precisam ser adequados à faixa etária das crianças ingressantes para que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental aconteça sem rupturas traumáticas para elas” (Brasil, 2004, p.02).

[...] para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico (Brasil, 2018, p. 53).

É necessário que os professores da pré-escola assumam o papel de preparar os pequenos para as fases posteriores da educação, assim como os profissionais do ensino fundamental devem assumir a responsabilidade de acolhe-los dando a continuidade e aprimoramento nas experiências outrora vivenciadas pelas mesmas.

Pois na mudança de níveis não se pode haver rupturas do que já foi vivenciado e aprendido, mas sim reaproveitado, sendo uma forma de dar continuidade às experiências vivenciadas e prepará-los para as futuras, de modo que mesmo na pré-escola onde haja o lúdico com mais frequência se leve em conta necessárias abordagens de leitura e escrita, que como já abordado, já estão inseridas de modo menos rígido e sistemático nas brincadeiras e cantigas, onde aos poucos a criança se familiariza com aquele universo novo de aprendizado, não havendo assim um choque de realidade ao se defrontarem com este nos anos seguintes.

De igualmente modo nos anos iniciais do ensino fundamental há a necessidade de refletir sobre a questão dos jogos e brincadeiras como ferramenta que ajudará muito no processo de alfabetização das crianças, pois com a ampliação do ensino fundamental para 9 anos, a criança agora se contra mais cedo com o mundo da leitura e escrita, como aponta o documento do MEC, “Ensino Fundamental de nove anos: passo a passo do processo de implantação” (Brasil, 2009).

A ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração significa o ingresso mais cedo à cultura letrada, o que poderá se reverter em um melhor desempenho dos alunos no que diz respeito à alfabetização e ao letramento. É preciso ressaltar, no entanto, que as características da etapa de desenvolvimento devem ser preservadas. Os alunos de 6 anos ainda estão em um momento da vida em que o brincar é parte inerente de seu desenvolvimento e, portanto, é preciso uma readequação da escola para acolher essas crianças no ensino fundamental (Brasil, 2009, p. 27).

Sendo assim, os professores alfabetizadores devem refletir sobre a importância que exercem na vida das crianças, tendo em mente que as práticas pedagógicas em qualquer fase da educação devem ser bem pensadas e articuladas para que as estas não percam o interesse e motivação para aprender a ler e escrever.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Nesta pesquisa, percebe-se que as crianças podem já na pré-escola ou em casa com a família, desenvolver-se e aprender com entusiasmo quando estão inseridas em um ambiente alfabetizador. Sendo perceptível através dos estudos das obras dos autores aqui citados que é possível a prática da alfabetização e letramento na pré-escola sem prejudicar as práticas já executadas nessa fase na educação, como o lúdico por exemplo, pois elas já estão inseridas em um local que propicia a aquisição da linguagem escrita e oral, bem como seus significados, pois:

[...] as crianças recebem informações sobre a escrita quando: brincam com a sonoridade das palavras, reconhecendo semelhanças e diferenças entre os termos; manuseiam todo tipo de material escrito, como revistas, gibis, livros, fascículos etc.; e o professor lê para a turma e serve de escriba na produção de textos coletivos” (Scarpa, 2006, p. 01).

Por isso, é necessário que o professor faça um bom planejamento para desenvolver uma aula de qualidade para seus alunos, respeitando suas respectivas faixas etárias e necessidades, sendo através da qualidade de interação com o adulto que a criança irá melhor desenvolver a linguagem escrita e falada, onde ela receberá um incentivo para melhor aproveitar sua sede de aprendizado.

Constatando-se que há necessidade de que haja um estímulo para a busca da apropriação e compreensão da língua antes do ingresso no ensino fundamental, não limitando o interesse das crianças de compreender e entender quais os significados dos símbolos da língua escrita, pois é na espera da utilização exclusiva que a alfabetização inicie somente nos anos iniciais do ensino fundamental, que pode ocorrer certo atraso no desenvolvimento, ao passo que elas já demonstram esse interesse na pré-escola, como quando o professor decide ler histórias para elas, ficam atentas aos nomes, aos sons e símbolos que vislumbram nas palavras e no livro que o professor está utilizando, cabendo então que não faça unicamente a leitura das histórias, pois:

É necessário que o objeto portador da história seja analisado com as crianças e sejam desenvolvidas estratégias de leitura, tais como: que a leitura seja precedida de perguntas de previsão a partir do título e das ilustrações; que seja propositadamente interrompida, em pontos pré-escolhidos, por perguntas de compreensão e de inferência; que seja acompanhada, ao término, por confronto com as previsões inicialmente feitas, por meio da avaliação de fatos, personagens, seus comportamentos e suas atitudes (Soares, 2009, p. 03).

Entende-se, essas ações como primordiais para se trabalhar com crianças de 4 ou 5 anos de idade, pois como já comprovado pelos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, os pequenos dessa faixa etária já estão desenvolvendo suas habilidades de leitura e escrita, estando incluídas nos níveis pré-silábico, silábico, silábico alfabético e até alfabético. “Quase todos esses níveis, se não todos, ocorrem, ou podem ocorrer, na educação infantil: lembremos que Ferreiro e Teberosky identificaram os níveis investigando comportamentos de crianças de 4, 5 e 6 anos” (Soares, 2009, p. 02).

Vemos, por meio dos documentos do MEC como a nova BNCC e a PNA, o papel da família no processo de ensino e aprendizado, bem como no incentivo para aquisição da língua oral e escrita e compartilhamento de responsabilidades, como posto no documento da PNA a importância da literacia família, atribuindo assim a família tarefas e papéis importantes no processo evolutivo da criança, onde a conversa, narração de histórias, manuseio de lápis ou giz nas primeiras tentativas

da escrita o contato com livros ilustrados, a modelagem da linguagem oral, o desenvolvimento do vocabulário receptivo e expressivo em situações cotidianas e nas brincadeiras, os jogos com letras e palavras, possibilitam um avanço com mais facilidade à alfabetização, desenvolvendo essas ações e muitas outras que se podem fazer em casa ou fora dela. “As práticas de literacia familiar são especialmente importantes para a criança de até seis anos, mas podem e devem ir além, enquanto ela progride nos níveis de literacia com o estímulo e auxílio da família” (Brasil, 2019, p. 23).

Logo, compreende-se que é possível que se ofereça um espaço onde as crianças possam aprender sobre leitura e escrita, antes do ensino fundamental, na qual esse espaço se torna fundamental nos contextos atuais de educação, pois se não houver alfabetização e letramento, já na pré-escola, juntamente com o estímulo da família, será como privar a criança de algo inevitável. Jamais é claro, deixando de exercer as práticas lúdicas já habituais de ensino na pré-escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, originou-se como consequência da busca para compreender como são exercidas as atividades lúdicas na pré-escola. Porém, foi no interesse pelo lúdico que acabamos descobrindo outro lado que pouco era mencionado ou discutido, que seria a leitura e escrita na pré-escola. Com a observação nos estágios durante a graduação, percebemos que a leitura e escrita já se faziam presentes naquele ambiente, mas que, no entanto, era explorada com certa limitação pelos professores, sendo esta até restrita. Pois na própria LDB é determinada a iniciação da alfabetização e letramento somente nos anos iniciais do ensino fundamental, sendo pouco explorado o ensino da leitura e escrita na pré-escola.

A partir daí, iniciou-se o estudo sobre o assunto, onde pude perceber que era algo já discutido por alguns autores, me chamando mais atenção as obras de Magda Soares e Regina Scarpa, por darem grande ênfase na alfabetização e letramento na educação infantil em seus artigos, livros e entrevistas. Não esquecendo das obras de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, que foram essenciais para compreender como ocorre o processo de aquisição da leitura e escrita das crianças de 4, 5 e 6 anos de idade.

Descobriu-se que a alfabetização e letramento ainda é um assunto relativamente novo, pois são poucas obras que abordam a temática, mas que cada vez mais tem ganhado o devido destaque em consequência das mudanças nos novos documentos do MEC, como a BNCC e a PNA. Na qual beneficia ainda mais a educação infantil, pois agora está com olhares mais atenciosos voltados as crianças da pré-escola, bem como das competências que elas desenvolvem ainda na infância.

A presente pesquisa de igualmente modo ajuda ainda mais a discutir essas questões, podendo ser dada a continuidade de seus estudos, pois, percebe-se

que embora não seja obrigatória a alfabetização e letramento na educação infantil, está não tardará para se fazer presente na mesma. Onde, a mesma poderá servir para estudos posteriores, sendo um assunto que cada vez mais tem ganhado mais pesquisas e estudos, diversificando e ampliando muito mais as obras com a temática da alfabetização e letramento na pré-escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica**. Coordenação-Geral do Ensino Fundamental. Ensino Fundamental de Nove Anos: Passo a Passo do Processo de Implantação. Brasília: 2ª edição, Setembro, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica. **Ampliação do ensino fundamental para nove anos: Relatório**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosrelat.pdf>>. Acesso em: 07 de maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília, MEC, 2019.

CORRÊA, B. C. **Educação infantil e ensino fundamental: desafios e desencontros na implantação de uma nova política**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 105-120, jan./abr. 2011

FERREIRO, Emília, TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed Artes Médicas, 1999.

FERREIRO, Emília, TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

LIMA, Maria. **A Importância do Lúdico na Educação Infantil**. Revista Panorâmica On-Line. Barra do Garças – MT, vol. 21, p. 184 - 201, ago./dez. 2016.

MARIA, Cláudia. **Alfabetização: a criança e a linguagem escrita**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

PICOLLI, Luciana; CAMINI, Patrícia. **Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade**. Porto Alegre: Edelbra, 2013.

SCARPA, Regina. **Alfabetizar na Educação Infantil, Pode? Revista Nova Escola**. Ed. 189. Fev. 2006. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/585/alfabetizar-na-educacao-infantil-pode>>. Acesso em: 21 de junho. 2025.

SEBER, Maria da Glória. **A escrita infantil: o caminho da construção**. São Paulo: Scipione, 2006.

SOARES, Magda. **Oralidade, alfabetização e letramento**. Revista Pátio Educação Infantil – Ano VII – N° 20. Jul/Out. 2009. Disponível em: <<https://falandospequenos.blogspot.com/search?q=magda+soares>>. Acesso em: 24 de julho. de 2025.

SOARES, Magda. **“Vivi o Estado Novo e passei pela ditadura, mas nunca vi um período tão assustador como este na Educação” Revista Nova escola, Janeiro de. 2019**. Disponível em: < <https://novaescola.org.br>. Acesso em: 24 de junho. 2025.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2010.

TEOTONIO, Elaine. **Alfabetizar Letrando: Concepções e reflexões Teóricas - PUCPR** – Eixo – Alfabetização, leitura e escrita, Agência Financiadora: CAPES, 2017.